

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



Estado de São Paulo

Parecer ao Projeto de Lei Complementar № 16/2025 Processo nº 191/2025

Conforme determina o artigo 37 da Resolução 276 de 09 de novembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal, a Comissão de Finanças e Orçamento, emite o presente Relatório acerca do Projeto de Lei Complementar nº 16/2025, de autoria do Exmo. Prefeito Municipal, sob relatoria da Vereadora Mara Cristina Choquetta.

I. Exposição da Matéria

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, protocolou nesta Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar nº 16/2025, que "DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM, ALTERANDO-SE AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 278/2013 E 329/2018.".

A propositura em tela busca obter autorização legislativa para a reorganização da estrutura administrativa do Município, com a criação de duas novas Secretarias: Secretaria de Habitação Popular e Secretaria de Bem-Estar Animal, e os respectivos cargos em comissão (6) que serão alocados nas secretarias

O autor, por meio da Mensagem nº 054/25 argumenta que a criação da Secretaria de Habitação Popular se justifica pelo fortalecimento da política habitacional local, diante da crescente demanda por programas de interesse social, regularização fundiária e captação de recursos. Já a Secretaria de Bem-Estar Animal decorre do avanço das políticas públicas de proteção e defesa animal, com foco em controle populacional, incentivo à adoção e campanhas educativas. O Poder Executivo ressalta que a reorganização proposta "preserva o equilíbrio financeiro do Município", visto que as despesas serão atendidas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, sem comprometer o planejamento fiscal.

No tocante a criação dos cargos disposto no Art. 6º, o autor busca autorização para criação de 06 cargos em regime de comissão, além da ampliação de 2 Secretários Municipais, para atender as demandas das duas secretarias a ser criadas sendo: 2 (dois) cargos de "Gerente", Grupo G-1 (Ensino Superior, R\$ 7.830,55); 2 (dois) cargos de "Assessor Superior", Grupo B-1 (Ensino Superior, R\$ 4.840,69); 2 (dois) cargos de "Assessor Setorial", Grupo A-1 (Ensino Superior, R\$ 3.416,98).

O Projeto de Lei Complementar ainda detalha nos Arts. 4º e 5ºas atribuições específicas de cada nova secretaria

II. Do mérito e conclusões da relatora

Inicialmente, destacamos que a pressente propositura já tramitou pela comissão de Justiça e Redação recebendo Parecer Favorável no tocante a legalidade e constitucionalidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



Estado de São Paulo

de forma a corroborar com a Consulta nº 0570/2025/MN/G/DDR da empresa de assessoria jurídica

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, o Secretário de Finanças atesta através do Despacho nº 184/2025 que para o exercício de 2025, o impacto será absorvido por readequação das dotações orçamentárias já fixadas. Para os exercícios de 2026 e 2027, o custo será incorporado nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs). O mesmo documento ainda possui como anexo a Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro que prevê os valores que serão dispendidos para o triênio sendo para a finalização do ano está previsto um impacto no montante de \$ 230.918,71 e para o exercício completo de 2026 será o montante de R\$ 352.672,80.

Entendemos que a criação das Secretarias de Habitação Popular e de Bem-Estar Animal é de suma importância para o aprimoramento da gestão municipal, permitindo maior foco e eficiência na execução de políticas públicas essenciais. Apesar do impacto previsto na folha de pagamento gerada pela criação dos cargos, há de se ponderar que a criação de secretarias autônomas possibilita uma maior oportunidade para o recebimento de recursos externos, como emendas parlamentares de outras esferas, fundos, entre outros.

Diante de todo exposto, não se identifica óbice para a sua regular tramitação e aprovação por esta Casa Legislativa.

III. Substitutivos, Emendas ou subemendas ao Projeto

Ressalta-se que esse parecer foi elaborado em cima do Projeto de Lei Complementar Nº 16/2025. Após análise detalhada do projeto a relatora **não propõe emenda ao projeto**.

IV. Decisão da Relatora

Diante de todo exposto, esta Relatoria considera que a presente propositura não apresenta vícios, recebendo parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2025.

Vereadora Mara Cristina Choquetta Relatora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



Estado de São Paulo

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Seguindo o Voto exarado pela Relatora e conforme determina o artigo 37, da Resolução Nº 276 de 09 de novembro de 2.010, a Comissão de Finanças e Orçamento, formaliza o presente **PARECER FAVORÁVEL.**

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2025.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA Presidente/Relatora

VEREADOR MÁRCIO DENER CORAN Vice-Presidente

VEREADORA MARCOS PAULO CEGATTI
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=5G83453T3H8S1W40, ou vá até o site https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 5G83-453T-3H8S-1W40